

**LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONSTITUIÇÃO DO PROCESSO, POR TIPOLOGIA CONFORME O N.º1 DO ARTIGO 22 DO DECRETO-LEI N.º73/2009 DE 31 DE MARÇO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º199/2015, DE 16 DE SETEMBRO**

**I) OBRAS DE CONSTRUÇÃO, REQUALIFICAÇÃO OU BENEFICIAÇÃO DE INFRA -ESTRUTURAS PÚBLICAS RODOVIÁRIAS, FERROVIÁRIAS, AEROPORTUÁRIAS, DE LOGÍSTICA, DE SANEAMENTO, DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, DE ABASTECIMENTO DE GÁS E DE TELECOMUNICAÇÕES, BEM COMO OUTRAS CONSTRUÇÕES OU EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS OU DE SERVIÇO PÚBLICO**

Requerimento formulado no modelo próprio
Memória descritiva e justificativa
Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão e cartão de contribuinte de pessoa singular ou pessoa coletiva
Certidão de teor, atualizada, da conservatória do registo predial com as descrições e todas as inscrições em vigor
Fotocópia da caderneta predial e planta do cadastro
Extrato da carta militar à escala 1:25 000 com localização do prédio devidamente assinalada
Extrato da planta de condicionantes do PDM com a localização do prédio e respetiva legenda legível
Cartografia ou ortofotomapa à escala 1: 5000 ou escala maior, 1:2000 ou a adequada à dimensão ou rigor necessário, com planta de pormenor do pretendido
Parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e peças gráficas, caso a utilização pretendida se localize em Aproveitamento Hidroagrícola

**AS ENTIDADES DA RAN PODEM SOLICITAR QUALQUER OUTRA DOCUMENTAÇÃO QUE CONSIDEREM IMPORTANTE PARA ANÁLISE DO PROCESSO**

**Artigo 12º da Portaria n.º162/2011 de 18 de abril (artigo 22º alínea I) do Decreto-Lei n.º73/2009 de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º199/2015, de 16 de setembro)**

**• PONTO ÚNICO - OBRAS PÚBLICAS, EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS OU DE SERVIÇO PÚBLICO**

Justificação pelo requerente da necessidade e da localização da obra
Projeto de obra com medidas de minimização quanto à área da RAN e quanto às operações de aterro e escavação, na medida da sua viabilidade técnica e económica
Para outros empreendimentos públicos ou de serviço público que não se encontram nomeados no ponto 2 do artº 12 - declaração emitida pelo serviço ou entidade da administração pública competente em razão de matéria que reconheça o interesse do empreendimento em causa

**TAXA DE APRECIACÃO**

A taxa a cobrar às áreas de solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) a afetar a utilizações não agrícolas, está de acordo com o estipulado na Portaria 1403/2002, de 29 de outubro, cujos valores atualizados são os seguintes:

- Utilizações não agrícolas até 500m<sup>2</sup>: Taxa legal em vigor;
- Utilizações não agrícolas, superiores a 500m<sup>2</sup>: Ao valor referido no número anterior, acresce um montante de €0,04/m<sup>2</sup> na área restante, a afetar a utilizações não agrícolas;
- Para efeitos de cálculo do valor da taxa a pagar pelos interessados, a área de solos da RAN a afetar utilizações não agrícolas, a que o parecer respeita, é arredondada à centena de metros quadrados imediatamente superior;
- O pagamento da taxa deve ser efetuado pelo interessado através da referência multibanco indicada na fatura emitida para o respetivo processo.

**CONDIÇÃO:**

- Poderão existir obras em zonas ameaçadas pelas cheias, se não constituir ou conter elementos que funcionem como obstáculo à livre circulação das águas.

**NOTAS:**

- No caso de Sociedade deve ser apresentada cópia da certidão permanente ou estatutos.
- Se houver prédios arrendados, deve ser apresentada fotocópia do contrato de arrendamento, este devidamente registado explicitando o objeto do arrendamento, o prazo e o compromisso, ou garantia bancária de reposição, após a vida útil da utilização, nas condições iniciais.

**Legislação a consultar:**

Decreto-Lei n.º73/09, art. 22,º nº1, de 31 de março, com as alterações do Decreto-Lei n.º199/2015, de 16 de setembro  
Portaria n.º162/2011, de 18 de abril